

PROJETO DE LEI Nº 143/97

DEPUTADA GORETE PEREIRA



Presidência da Assembleia Legislativa

RE 1954

Em 26 de novembro de 1997

Serviço de Protocolo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

ASSUNTO:

PROTOCOLO Nº.....

CONCEDE O TÍTULO HONORÁRIO DE CIDADÃ CEARENSE A MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO.

DESPACHO:

em de de 19....

D I S T R I B U I Ç Ã O

Ao Sr. DEPUTADO FRANCISCO AGULAR..... em..... de 19....

O Presidente da Comissão de CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Sr. em..... de 19....

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em..... de 19....

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em..... de 19....

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em..... de 19....

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em..... de 19....

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em..... de 19....

O Presidente da Comissão de



Jacóranuf

Autógrafo Nº 01

04.03.98

SINOPSE

PROJETO Nº de de de 19....

EMENTA:

.....

.....

AUTOR:

Discussão única

Discussão inicial

Discussão final

Redação final

Remessa à sanção

Sancionado em de de 19....

Promulgado em de de 19....

Vetado em de de 19....

Publicado no "Diário Oficial" de de de 19....

[Faint handwritten notes or signatures]

**Concede o título de
cidadania e dá
outras providências.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
CEARÁ, DECRETA:**

Art. 1º - A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, ouvindo o Plenário, concede o título honorário de **CIDADÃ CEARENSE** a Ouvidora Geral do Estado **MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO**.

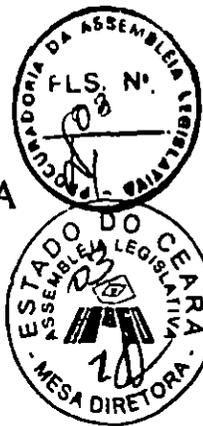
Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 24 de outubro de 1997.

Gorete Pereira
Deputada Gorete Pereira.
Líder do PFL.

TÍTULO DE CIDADANIA CEARENSE PARA A DRA. SOCORRO FRANÇA

- JUSTIFICATIVA -



A economista e advogada SOCORRO FRANÇA PINTO conquistou por mérito e trabalho todas as numerosas vitórias de sua vida. Dona de uma força singular que a orienta e destina para o bem comum, vem, desde a infância, marcando a sua trajetória vital por esse sentimento altruista que somente os abnegados possuem.

Filha do Maranhão, escolheu o Ceará como cenário fundamental de seu desempenho profissional e humano, conquistando com talento, trabalho e dedicação um espaço definitivo no coração dos cearenses, sendo, desde há muito, nossa irmã, nossa conterrânea e nossa parceira nos sonhos de um desenvolvimento que realize o homem em sua plena dignidade social.

A história de Socorro França é uma escada que avança luminosa a cada degrau, a cada empreendimento em que se envolveu, desde o curso primário no Instituto Kert, em São Luiz, aos cursos superiores de Economia e Direito, a pós-graduação e todos os concursos a que se submeteu, logrando aprovação e destaque, muitas vezes levando a palma do primeiro lugar.

Sua vocação para a vida pública se revela desde a adolescência quando militou na política estudantil sendo eleita, já em 1960, Presidenta do Grêmio de sua escola, e no ano seguinte, Presidenta da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas do Maranhão.

Seu engajamento político se fez também na JEC, Juventude Estudantil Católica, braço jovem da Ação Católica Brasileira, que escreveu importante participação na vida política deste país, nos anos 50 e 60.

Em 1963 foi membro da diretoria da União Nacional dos Estudantes, a vibrante UNE, uma entidade que se transformou numa grande usina de líderes, atuando com destaque em vários momentos decisivos de nossa república.

A experiência profissional da Dra. Socorro França é das mais apreciáveis, constituindo-se num testemunho de inteira dedicação ao trabalho e aos objetivos destinados.



- Professora do SENAC, do Liceu do Ceará, da Universidade de Fortaleza, do Curso de Pós-Graduação da Univ. de Mogi das Cruzes e da Escola de Governantes do estado do Ceará.
- Contadora e Economista em S.Luiz
- Promotora de Justiça nas comarcas de Alto Santo, Jucás, Icó e da 7ª Vara Civil em Fortaleza.
- Secretária do Conselho Superior do Ministério Público e do Colégio de Procuradores de Justiça do Ceará.
- Sub-Procuradora Geral e Procuradora Geral de Justiça.
- Procuradora de Justiça junto ao Tribunal de Contas do estado do Ceará.
- Secretária do Conselho Público, Assessora da Procuradoria Geral de Justiça, Conselheira do Conselho Superior do ministério público.
- Ouvidora Geral do Estado.

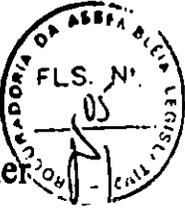
Como Coordenadora Geral do Serviço Especial de defesa do Consumidor, o DECOM, teve uma atuação destacadíssima, pela maneira corajosa com que defendeu o povo contra a especulação e a exploração nos preços. Ao abrirmos o rádio, de madrugada, já encontrávamos a voz altiva da Dra. Socorro França respondendo às indagações da população e encaminhando decisões.

Ministrou 48 cursos e proferiu 145 palestras sobre temas de sua especialidade em entidades de classe, universidades e auditórios diversos, constituindo-se numa das mais procuradas personalidades desta terra para emitir opinião e reciclar estudantes e profissionais.

Laureada por diversas instituições, recebeu 32 comendas, entre diplomas, medalhas e certificados, numa demonstração indiscutível de reconhecimento pelo seu trabalho e sua ação humana.

Amada pelos cearenses e já definitivamente incorporada no testamento da Terra da Luz, queremos, por este ato, conceder à Dra. Socorro França o Diploma Oficial da Cidadania Cearense.

Frisamos que este título apenas vem proclamar uma situação que de fato já existe, porque nossa homenageada, todos sabem, é uma das mais



autênticas e beneméritas cearenses., lídima representante da mulher nordestina, orgulho e exemplo de sua geração.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ,
23, de Outubro de 1997.

Carini S. Figueira
Wagner
Coelho
Paulo
Marcelo
Wagner
Coelho
Paulo
Marcelo
Wagner
Coelho
Paulo
Marcelo



CURRICULUM VITAE

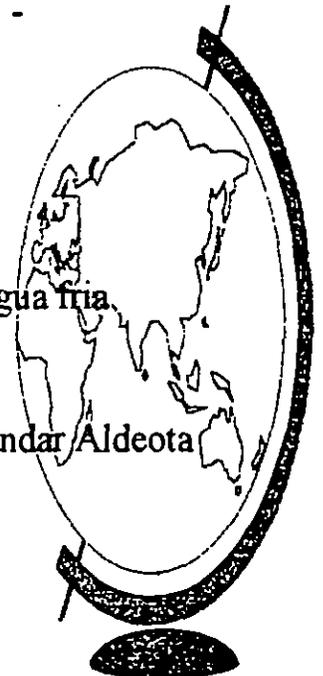
DADOS PESSOAIS

NOME: Maria do perpétuo Socorro França Pinto
FILIAÇÃO: Luiz Carvalho França
Joana Portela Cabral França
DATA DE NASCIMENTO: 22 de Novembro de 1944
NATURALIDADE: São Luiz -Maranhão
ESTADO CIVIL: Casada



DOCUMENTOS

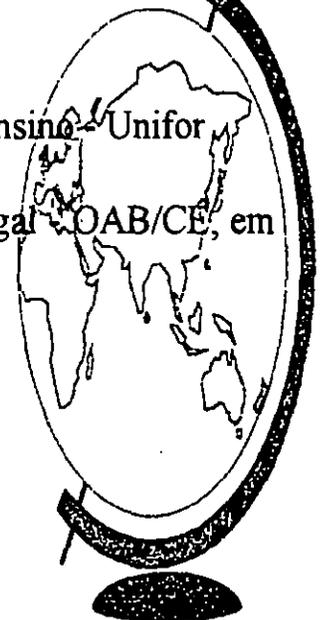
CARTEIRA DE IDENTIDADE: N° 591.383 - SSP/CE
CERTIDÃO DE NASCIMENTO: N° 30.622 Fls. 1.352, Livro 140 -
São Luiz - Maranhão
CPF/MF: N° 324.556.233-00
CERTIDÃO DE CASAMENTO: N° 23.750 Fls. 1.352, Livro 165 -
São Luiz - Maranhão
TÍTULO DE ELEITOR: N° 16.132.707/87 - 1ª Zona -
415ª Seção de Fortaleza - Ce
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua. Dr. José Plutarco, n° 230 água fria,
Fortaleza - Ce
ENDERÇO PROFISSIONAL: Rua. José Lourenço, n° 870 2º andar Aldeota
Fone: 268.1883



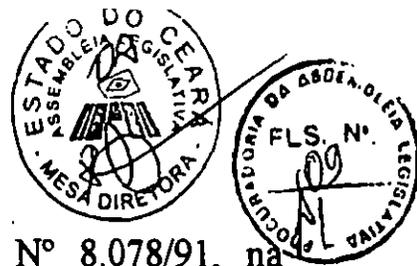
ESCOLARIDADE



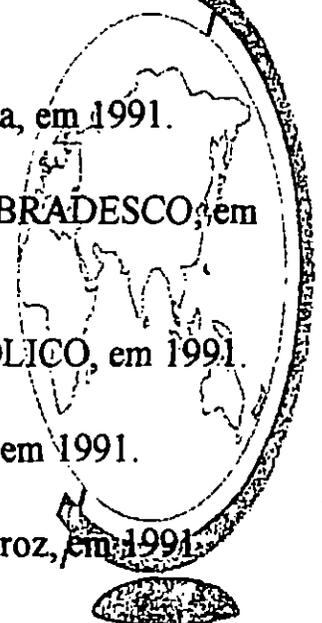
- CURSO PRIMÁRIO:** Instituto Kerth - São Luiz - MA
- CURSO GINASIAL:** Colégio Centro Caixeiral - São Luiz - MA
- SEGUNDO GRAU:** Contabilidade - Centro Caixeiral - São Luiz - MA
Curso Clássico - Colégio santa Tereza - São Luiz - MA
- CURSOS SUPERIORES:** Economia, pela Universidade Federal do Maranhão
Direito, pela Universidade Federal do Ceará
- PÓS-GRADUAÇÃO:** Aperfeiçoamento em Direito Público
Especialização em Direito Público
Mestrado em Direito público
Especialização na Escola Superior de Guerra - Associação dos Diplomas da Escola Superior de Guerra, 08.08.76
Aperfeiçoamento em Sociedade Brasileira e Participação Democrática - Universidade federal do Ceará - UFC, em 22.11.79
Especialização em Metodologia do Ensino - Unifor
Aperfeiçoamento em Informação Legal - OAB/CE, em 08.74



CURSOS MINISTRADOS



01. O DIREITO DO CONSUMIDOR SEGUNDO A LEI Nº 8.078/91, na Federação das Indústrias, em 1991.
02. OS DIREITOS DO CONSUMIDOR NA CONSTITUIÇÃO DE 1988, na Associação dos Bancos do Estado do Ceará, em 1991.
03. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91(Código de Defesa do Consumidor), para os lojistas de Iguatu/CE, em 1991.
04. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para o Sindicato dos Lojistas de Fortaleza/CE, em 1991.
05. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para o Grupo Brahma de Fortaleza, em 1991.
06. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para o Público em Geral, no Novotel em Fortaleza, em 1991.
07. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para a Diretoria do Banco do Estado do Ceará S.A. , em 1991.
08. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para o Grupo SAGA Veículo, em 1991.
09. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para o Grupo Shopping Iguatemi, em 1991.
10. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para o Rotary de Fortaleza, em 1991.
11. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os funcionários do BRADESCO, em 1991.
12. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os funcionários da OLICO, em 1991.
13. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para a CBC-Propaganda, em 1991.
14. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para o Grupo Edson Queiroz, em 1991.



15. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para o Sindicato Feminino Lojista de Fortaleza, em 1991.

16. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os funcionários da Teleceará, em 1991.



17. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para o CEAG, em 1991.

18. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os funcionários da CEF no Ceará, em 1991.



19. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os Lojistas do Shopping Center Iguatemi, em 1991.

20. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para o Sindicato das Confecções no Ceará, em 1991.

21. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os funcionários do BACEN, em 1991.

22. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para a FIEC, em 1991.

23. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para a Teleinformação, em 1991.

24. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os Diretores Lojistas, em 1991.

25. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para a Federação dos Lojistas, em 1991.

26. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os Funcionários da COELCE, em 1991.

27. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para a Associação de Panificadores, em 1991.

28. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para a Unifor, em 1991.

29. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para a Câmara Municipal de Fortaleza, em 1991.

30. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os Funcionários da Sharp, em 1991.

31. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os Funcionários da Listel, em 1991.

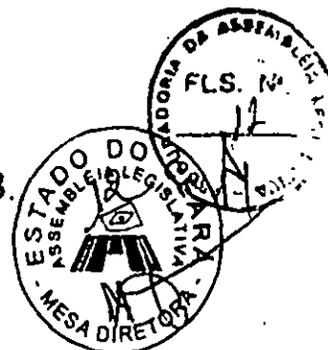


32. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para a FACIC, em 1991
33. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para o Clube dos Advogados do Ceará, em 1991.
34. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os Funcionários da EMBRATEL, em 1991.
35. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os Centros Acadêmicos da Unifor e UFC, em 1991.
36. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para a UFC, em 1991.
37. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os Advogados na OAB/CE, em 1991.
38. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para a COHAB/CE, em 1991.
39. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para a Associação dos Médicos, em 1991.
40. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para os Funcionários da Marcosa, em 1991.
41. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para a Diretoria Federal de Agricultura no Ceará, em 1991.
42. CURSO SOBRE A LEI Nº 8.078/91, para o SESC, em 1991.
43. Curso sobre a Ordem Econômica, para os alunos da Pós-Graduação da Universidade de Mogi das Cruzes, em 1993.
44. Curso sobre Interesses Difusos e Coletivos, para o Ministério Público do Ceará, em 1994.
45. Curso sobre a Lei Antitruste, para os empresários nordestinos, em 1994.
46. Curso sobre Crimes Contra as Relações de Consumo, para a UFC, em 1995.
47. Conferência Estadual do Ministério Público, em 1995.
48. Conferência no V Congresso Brasileiro de Advocacia - Direito 95, em 1995.



EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

01. Professora do SENAC, 1974/79, vinculada a área do Direito e OSPB.
02. Professora do Liceu do Ceará, vinculada a área de Estudos Sociais.
03. Professora da Universidade de Fortaleza - Unifor, desde 1974, vinculada ao curso de direito, nas disciplinas: Direito Econômico, Introdução ao Estudo do Direito, Direito Administrativo e Direito Constitucional.
04. Profissional Liberal, na área de contabilidade, 1962 a 1970, em São Luiz - MA.
05. Promotora de Justiça, 1974 À 1982, titular nas comarcas de Alto Santo, Jucás, Icó e Sétima Vara Civil em Fortaleza.
06. Secretária do Conselho Público para ingresso na carreira de Promotor de Justiça.
07. Secretária do Conselho Superior do Ministério Público e Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará.
08. Sub-Procuradora-Geral de Justiça.
09. Procuradora de Justiça com assento no Tribunal de Contas do estado do Ceará.
10. Assessora do Procurador-Geral de Justiça junto aos processos do tribunal Pleno e designada para prestar serviços junto às diferentes comarcas por ocasião das pautas do Júri.
11. Membro do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, no Ministério da Justiça.
12. Conselheira, por Várias vezes, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público no Estado do Ceará.
13. Membro efetivo da Comissão de Concurso para o ingresso no Ministério Público do Estado do Ceará.
14. Professora da Universidade de Mogi das Cruzes - Curso de Pós-Graduação.
15. Membro nato do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará.



16. Coordenadora-Geral do Serviço Especial de Defesa do Consumidor - DECOM

17. Procuradora-Geral de Justiça.

18. Professora da Escola de Governantes do Estado do Ceará.

19. Presidente do Conselho dos Direitos Humanos.

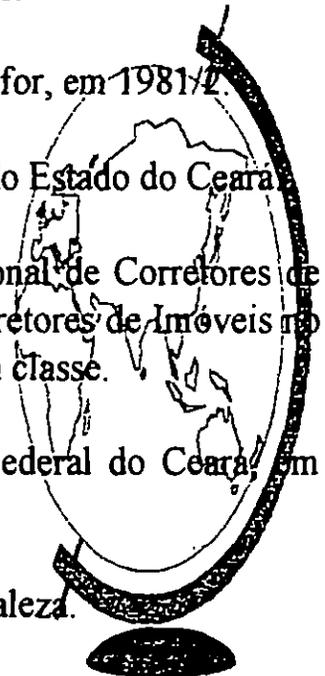
20. Ouvidora Geral do Estado



TÍTULOS CONFERIDOS



01. Cidadã de Fortaleza, concedida pela Câmara Municipal de Fortaleza, em 1989.
02. Melhor Executiva Estadual, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em 1990.
03. Honra ao Mérito pelo Relevantes Serviços prestados à Comunidade, concedido pelo Lions Clube de Fortaleza.
04. Honra ao Mérito pelo Nível de Desempenho, indicado por alunos do Curso de Direito da Unifor.
05. Personalidade do Ano, concedido pela Procuradoria Jurídica do IPEC, em 1986.
06. Grão-Colar do Mérito Feminino, na primeira Conferência Internacional da Mulher em Fortaleza, em 1992.
07. Nome das Turmas do Curso de Direito da Unifor nos anos de 1975/2, 1976/2, 1977/1, 1978/2, 1980/1, 1982/1, 1985/2, 1987/1, 1990/2 e 1992/1.
08. Paraninfo da Turma do Curso de Direito da Unifor.
09. Patrona da Turma do Curso de Direito da Unifor.
10. Proferiu várias “ aulas da saude” no curso de Direito da Unifor.
11. Professora homenageada no curso de Ciências Contábeis na Unifor, em 1981/2.
12. Medalha Martiniano de Alencar, oferecida pela Polícia Militar do Estado do Ceará.
13. Título de Corretora Honorária outorgado pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI -15ª região - Ceará) e pelo Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado do Ceará (SCIEC), pelos relevantes serviços prestados à classe.
14. Paraninfo da Turma do Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1995.
15. Medalha de Honra Parlamentar - Câmara de Vereadores de Fortaleza.
16. Personalidade Imobiliária - SECOVI, em 1996.



17. Personalidade Supermercadista, em 1995.

18. Personalidade das Administradoras de Imóveis- Adic, em 1995.

19. Personalidade de Associação Lojista.

20. Personalidade Defesa do Consumidor-, em 1997.

21. Medalha de Honra ao mérito - Instituto de Assistência Social.

22. Homenagem Grupamento infante - Juvenil Tiradentes do Conjunto Ceará, em 1997

23. Medalha mérito Bombeiro Militar

24. Turma Socorro França - Curso Direito, em 1992/2

25. Destaque Desenvolvimento Social- OAB, em 1997.

26. Medalha Mulheres de Expressão, em 1993

27. Homenagem Curso de Direito, em 1984

28. Troféu Clóvis Beviláqua, em 1996.

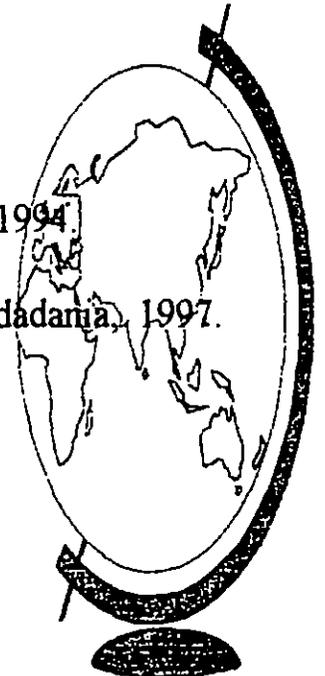
29. Madrinha da I Turma de Bachareis em Segurança Pública, em 1996.

30. Diploma Especial Polícia Militar, em 1994.

31. Medalha do Mérito Polícia Militar, em 1995.

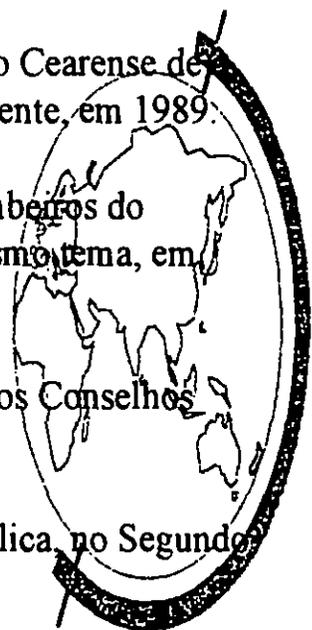
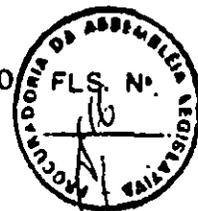
32. Certificado Agradecimento - Rotary Clube Fortaleza - Leste, em 1994

33. Medalha de Honra ao Mérito- Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, 1997.



PALESTRAS PROFERIDAS

001. A defesa dos Direitos do Consumidor, na Associação Cearense do Ministério Público, em 1985.
002. A Segurança numa Perspectiva Social, na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, em 1986.
003. Conselho Administrativo de Defesa Econômica: estrutura e Funcionamento, no Ministério da Justiça - Brasília - DF, em 1987.
004. Saúde e Defesa do Consumidor, no Segundo Congresso Cearense de Saúde, em 1986.
005. Os Interesses do Consumidor, no Segundo Curso Regional para o Combate ao tabagismo, no Ministério da Saúde, em 1988.
006. O Ministério Público e a Defesa do Consumidor, nos I, II, III, V, VIII, IX, X, XI, XII Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, em 1980 a 1991.
007. O Papel do Ministério Público na Defesa do Meio Ambiente, no Segundo Seminário do Ministério Público do Estado do Ceará, Região do Cariri, em 1988.
008. Os Aluguéis comerciais, no Sindicato dos Lojistas do Comércio de Fortaleza, 1989.
009. Ação Civil Pública e Defesa do Consumidor, no Primeiro Curso Cearense de Treinamento de Promotores de Justiça na Defesa do Meio Ambiente, em 1989.
010. Defesa do Consumidor para Oficiais e Praças do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará, em 1989 - Palestra Proferida, abordando o mesmo tema, em 1990.
011. Defesa do Meio Ambiente, no Primeiro Congresso Brasileiro dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente e Órgão afins, em 1989.
012. Importância do Poder Judiciário no Processo de Segurança Pública, no Segundo Congresso Regional de Segurança Pública no Ceará, em 1989.
013. O Papel do Ministério Público no Código de Defesa do Consumidor, na Sexta Convenção do Comércio Lojista do Ceará, em 1991.



014. Defesa do Consumidor, na Região Plenária do Rotary Clube de Fortaleza - Oeste, em 1991.



015. Defesa do Consumidor, na Região Plenária do Rotary Clube de Fortaleza - Alagadiço, em 1991.

016. O Controle da Infecção Hospitalar, no Seminário O Administrador e o Controle da Infecção Hospitalar, em 1991.

017. Código de Defesa do Consumidor, na Câmara Municipal de Maracanaú-CE, em 1991.

018. O Controle da Abusividade nos Contatos, no Terceiro Congresso Internacional do Direito do Consumidor, em 1992.



019. Cidadania e Qualidade de Vida, no Encontro Sobre Educação pela Qualidade, na Federação das Indústrias do Estado do Ceará, em 1992.

020. O Papel do Ministério Público na Defesa dos Interesses Coletivos e Difusos na Constituição de 1988, na Câmara Municipal de Fortaleza, em 89/90/91.

021. O Ministério Público e a Defesa do Consumidor, na Assembleia Legislativa, em 1989.

022. O Ministério Público e a Defesa do Meio Ambiente, na Assembleia Legislativa, em 1989.

023. Mensalidade Escolares, na Assembleia Legislativa, em 1990.

024. IPTU, na Câmara Municipal de Fortaleza, 1990.

025. Direitos Humanos, na Câmara Municipal de Fortaleza, 1991.

026. A Defesa dos Interesses Difusos, na Procuradoria-Geral do Estado, em 1991.

027. Direito Objetivo e Subjetivo, na Unifor, em 1986.

028. A Defesa do Consumidor, na Unifor, no simpósio Sobre Estudos dos Problemas Brasileiros, em 1991.

029. Saúde e Defesa do Consumidor, no Segundo Congresso Cearense de Saúde, em 1986.



030. O Ministério Público e a Defesa do Consumidor, Na Associação das Empresas de Computadores do Ceará - ASSECAR, em 1990.



031. Palestra na Associação dos Bancos e Clube de Diretores Lojistas, em 1991.

032. Palestra no Rotary - Barra do Ceará, em março de 1991.

033. Palestra na Indústria Guararapes - Fortaleza, 1991.



034. Palestra no curso de Economia Doméstica da UFC, em 1991.

035. Palestra na CAGECE, em 1991.

036. Palestra para o Grupo Café Guimarães, em 1991.

037. Palestra no Rotary, em 1991.

038. Palestra no Rotary Clube Alagadiço, em 1991.

039. Palestra CEAG - Quixeramobim-CE, em 1991.

040. Palestra na SPLAN, em 1991.

041. Palestra na Ford - Fortaleza/CE, em 1991.

042. Palestra na Delegacia de Economia Popular, em 1991.

043. Palestra no SENAC, em 1991.

044. Palestra na SAGA, em 1991.

045. Palestra na PETROBRÁS, em 1991.

046. Palestra na Superintendência do INSS de Fortaleza/CE, em 1991.

047. Palestra na FACIC, em 1991.

048. Palestra na COELCE, em 1991.



049. Palestra na Construtora ÁDAMO, em 1991.

050. Palestra no Instituto de Pesos e Medidas, em 1991.

051. Palestra no Ponta Mar Hotel, em 1991.

052. Palestra no Rotary Barra do Ceará, em 1991.

053. Palestra no Colégio Cearense, sobre O Papel da Mulher na Sociedade, em 1993.

054. Palestra sobre Defesa do Consumidor, na OAB/CE, em 1993.

055. Palestra sobre A Ordem Econômica na Constituição de 1988, na PGE, em 1993.

056. Palestra sobre Educação do Consumidor, no Seminário da UFC, em 1993.

057. Palestra para o Sindicato dos Lojistas sobre Defesa do Consumidor, em 1993.

058. Palestra sobre abuso do Poder Econômico, na Convenção Nacional dos Lojistas, em 1993.

059. Palestra sobre Cidadania, na Unifor, em 1993.

060. Palestra sobre Atendimento Ao Consumidor, na Empresa dos Correios e Telégrafos, em 1993.

061. Palestra sobre Contribuição da Química na Defesa do Consumidor, no Centro de Convenções, em 1993.

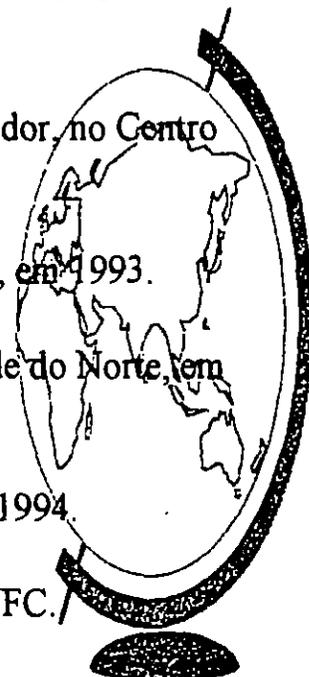
062. Palestra para o Ministério Público sobre Os Interesses Difusos, em 1993.

063. Palestra sobre A Lei Antitruste, para empresários do Rio Grande do Norte, em 1994.

064. Palestra sobre A lei Antitruste, para empresários do Ceará, em 1994.

065. Palestra sobre Educação do Consumidor, para professores da UFC.

066. Palestra sobre Convenção Coletiva de Consumo, para empresários cearenses.



067. Palestra sobre Direito Imobiliário, para o SECOVI, em 1994.

068. Palestra sobre Direito Imobiliário, para a Sociedade de Construtores, em 1994.

069. Palestra na Convenção dos Lojistas, sobre Relações de Consumo, em 1994.

070. Palestra na Convenção da FIEC, em 1994.

071. Palestra na Federação do Comércio sobre Relação de Consumo, em 1994.

072. Palestra na Câmara Municipal, sobre Assuntos Diversos, tais como Taxa de Iluminação Pública, Relações Públicas e etc.

073. Palestra no Imperial Othon Palace, na Convenção Estadual do Comércio Lojista, em 1994.

074. Palestra na Receita Federal sobre Crimes de Sonegação Fiscal, em 1994.

075. Palestra no seminário do mercado Imobiliário sobre Código de Defesa do Consumidor, em 1994.

076. Palestra no Centro de Convenções para a ABRASEL, sobre Crimes Contra as Relações de Consumo, em 1994.

077. Palestra no Centro de Humanidades da UFC, sobre Mensalidades Escolares, em 1994.

078. Palestra na Igreja Evangelista, sobre Direitos Humanos, em 1994.

079. Palestra em Brasília, no 21º Encontro Nacional das Entidades de Defesa do Consumidor, em 1994.

080. Palestra para os Procuradores do Estado sobre Crimes Contra a Ordem Econômica, em 1994.

081. Palestra para a Ordem Econômica do Ceará, sobre a Lei Antitruste, em 1994.

082. Palestra no Seminário de atualização Jurídica sobre As Novas Funções do Ministério Público, em 1995.

083. Palestra no Seminário no Núcleo de Educação do Consumidor sobre A Cidadania e a Defesa do Consumidor, em 1995.



084. Palestra na Universidade de Sobral sobre Direitos Humanos, em 1995.

085. Palestra sobre Nomeação Sem Concurso, Responsabilidade Criminal do Administrador, na Procuradoria-Geral do Estado, em 1995.



086. Seminário na Procuradoria-Geral do Estado sobre a Administração Pública em Debate, em 1995.

087. Palestra no Lions Clube - Centro sobre O Ministério Público e Mudança Social, em 1995.



088. Palestra na Escola de Formação de Governantes sobre O Papel do Ministério Público na Constituição de 1988, em 1995.

089. Palestra no Encontro Estadual dos Profissionais de Segurança e Saúde sobre Política Pública de Segurança e Saúde, em 1995.

090. Palestra no Encontro de Formação Profissional dos Corretores de Imóveis, em 1995.

091. Palestra sobre Cidadania, Constituição e Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, em 1995.

092. Palestra sobre O Ministério Público e a Defensoria Pública como Instrumento de Defesa da Cidadania, em 1995.

093. Palestra sobre O Autocontrole da Moralidade Administrativa, na Procuradoria-Geral do Estado, em 1995.

094. Palestra no Pacto de Cooperação no município de Quixada-CE, em 1997.

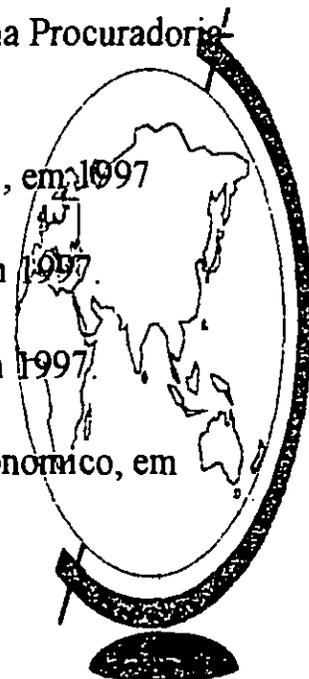
095. Palestra sobre Cidadania e Segurança em Juazeiro do Norte, em 1997.

096. Palestra sobre O Ministério Público e o Direito de aprender, em 1997.

097. Palestrante do I Seminário Regional sobre Abuso do Poder Econômico, em 1997.

098. Palestra Delitos Econômicos - PGE, em 1995.

099. Palestra Rotary Aldeota, em 1997.



100. Palestra sobre as funções Institucionais do Ministério Público- PGE, em 1996

101. Palestra sobre Crimes Contra as Relações de Consumo e a Ordem Económica - PGE, em 1994

102. Palestra no 2º Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor- BRASICOM , em 1994.

103. Palestra I Seminário de Segurança Pública e Cidadania da Região Norte, em 1997.

104. Palestra Ouvidoria Pública - Estrutura e Funcionamento, 6º Encontro Jurídicos, 1997.

105. Palestra O Empresário e o Direito do Consumidor - Unifor, 1997.

106. Palestra As Ações da Ouvidoria para a Conquista da Cidadania - Pacto de Cooperação do Sertão- Central, 1997.

107. Palestra valorização dos Direitos Humanos - Escola 1º Grau Paulo VI, 1997.

108. Palestra Cidadania, Segurança Pública e a Ouvidoria, em 1997.

109. Palestra Segurança e Cidadania, em 1997.

110. Palestra Atividades da Ouvidoria Pública, em 1997.

111. Palestra Violência Contra a Mulher : Realidade Cearense, em 1997.

112. Palestra Direitos e Deveres, em 1997.

113. Seminário sobre Mercado de Capitais, para a Magistratura e o Ministério Público, realizado pela Comissão Nacional de Bolsas de Valores - CNBV, em 1986.

114. Seminário Internacional de Direito Ambiental, realizado pelo Ministério Público de São Paulo, Confederação Nacional; do Ministério Público e University of Illinois, em 1988.



115. Seminário sobre Mercado de Capitais, para a Magistratura e o Ministério Público, realizado pela Comissão Nacional de Bolsas de Valores - CNBV, em 1988.



116. Congresso Brasileiro dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente e Órgão Afins, realizado pelo Ibama e Secretaria de Desenvolvimento Urbano, em 1989.

117. I Congresso Nacional de Direito Constitucional.



118. II Congresso Nacional de Direito Constitucional.

119. III Congresso Nacional de Direito Constitucional.

120. I ao XI Congresso Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor.

121. Seminário Nacional sobre Abuso do Poder Econômico, em 1987.

122. Congresso Cearense de Saúde, em 1986.

123. Congresso Nacional de Segurança Pública no Ceará, em 1989.

124. Congresso do Comércio Lojista do Ceará, em 1991.

125. III de Defesa do Consumidor Meio Ambiente, em 1992.

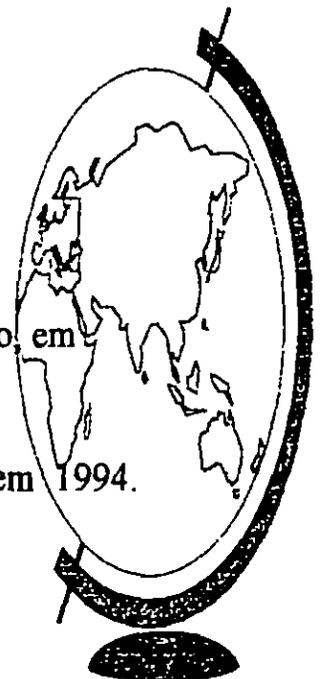
126. Congresso Internacional do Meio Ambiente, em 1993.

127. XII Congresso Nacional de Defesa do Consumidor, em 1993.

128. Congresso Nacional Sobre Química e Cidadania, em 1993.

129. Congresso Nacional dos Lojistas - Abuso do Poder Econômico, em 1993.

130. Congresso Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, em 1994.

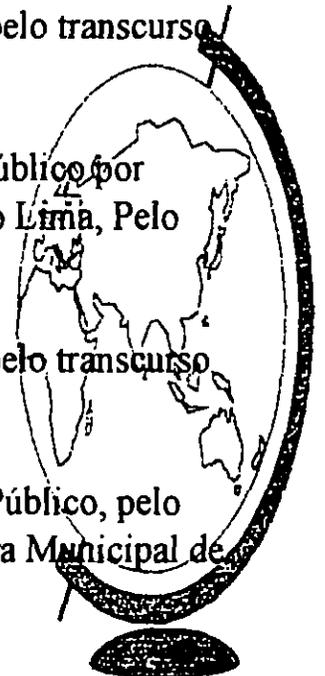


131. Congresso Nacional de Segurança Pública no Ceará, em 1989.
132. Congresso do Comércio Lojista do Ceará, em 1991.
133. III de Defesa do Consumidor Meio Ambiente , em 1992.
134. Congresso Internacional do Meio Ambiente, em 1993.
135. XII Congresso Nacional de Defesa do Consumidor, em 1993.
136. Congresso Nacional Sobre Química e Cidadania, em 1993.
137. Congresso Nacional dos Lojistas - Abuso do Poder Econômico, em 1993.
138. Congresso Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, em 1994.
139. Interesses Difusos e Coletivos no Ministério Público - Congresso Estadual, em 1995.
140. Seminário Estadual - Defensoria Pública, em 1995.
141. Seminário Estadual - Controle Externo de Atuação Policial, em 1995.
142. Seminário sobre Violência contra a Mulher, em 1997.
143. I Seminário de Segurança Pública da Região Norte Sobral, em 1997.
144. I Seminário de Segurança Pública de Juazeiro do Norte, em 1997.
145. Congresso Nacional do Ministério Público - Papel Institucional do Ministério Público - Aracaju, em 1995.



VOTOS DE RECONHECIMENTOS E LOUVOR

01. Votos de Reconhecimento e Louvor do Conselho Superior do Ministério Público pelos serviços prestados ao Ministério Público durante o período em que ocupou o cargo de 6ª Sub-Procuradora-Geral de Justiça em 10 de Julho de 1978.
02. Votos de louvor pelo transcurso do primeiro aniversário do DECOM-CE, em 10/86
03. Votos de Louvor do Conselho Superior do Ministério Público, pelo mandato como membro do aludido Conselho, durante o exercício de 1987.
04. Votos de louvor do Conselho Superior do Ministério Público, pelo transcurso do 2º aniversário do DECOM.
05. Votos de Louvor do Conselho Superior do Ministério Público, pela performance no 1º Seminário Nacional sobre abuso do poder econômico, realizado em Brasília-DF, em 08/87.
06. Votos de louvor da Associação Cearense do Ministério Público pela forma ativa na defesa do Ministério Público, em 05/87.
07. Votos de louvor do Conselho Superior do Ministério Público, pelo transcurso do 3º aniversário do DECOM, em 10/88.
08. Votos de louvor do Conselho Superior do Ministério Público, pelo transcurso do 4º aniversário do DECOM, em 10/88.
09. Votos de Congratulação do Conselho Superior do Ministério Público por solicitação do Procurador de Justiça, Dr. Hugo Rocha Carvalho Lima, Pelo Brilhantismo com que conduz o DECOM.
10. Votos de louvor do Conselho Superior do Ministério Público, pelo transcurso do 5º aniversário do DECOM, em 10/90
11. Votos de Congratulações do Conselho Superior do Ministério Público, pelo recebimento de cidadã de Fortaleza, em 12/ 12/ 89, pela Câmara Municipal de Fortaleza.



12. Votos de Congratulações do Conselho Superior do Ministério Público por solicitação do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Aldeire Nogueira Barbosa, Pelo trabalho realizado em defesa do consumidor no Ceará .



13. Votos de Congratulações do Conselho Superior do Ministério Público por solicitação do Procurador-Geral de Justiça, pela posse no cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor.

14. Votos de louvor do Conselho Superior do Ministério Público, pelo transcurso do 6º aniversário do DECOM, em 10/91.

15. Votos de Congratulações do Conselho Superior do Ministério Público por solicitação do Procurador-Geral de Justiça, Dra. Maria Luiza Fontenelle de Paula Rodrigues, Pela entrevista pública na revista "Veja", com relação ao trabalho prestado pelo Ministério Público do Estado do Ceará, através do DECOM.



16. Votos de Reconhecimento do Rotary Internacional de Campinas - SP, pela atuação do DECOM-CE, em 09/912.

17. Votos de Congratulações por ter idealizado e coordenado o Departamento Modelo em Defesa do Consumidor - DECOM, título concedido pelo Departamento de Valorização do consumidor da Rhodia, em 26/12/89.



APROVAÇÕES EM CONCURSOS PÚBLICOS

Concurso Público de provas e títulos para provimento do cargo de Promotor de Justiça de 1ª Entrância do Estado do Ceará, em 11/74

Classificação : 1º lugar

Concurso Público de provas e título para provimento do cargo de professor em Direito Econômico pela Universidade de Fortaleza - Unifor.

Concurso Público de provas e títulos, Universidade Federal do Ceará, no curso de mestrado em 1980.



PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS

01. Membro do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, vinculado ao Ministério da Justiça.



02. Membro do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará.

03. Membro do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará.



04. Membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA.

05. Membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

06. Membro Efetivo da Comissão de Concurso da Comissão do Ministério Público do estado do Ceará.

07. Membro da Fundação Regional de Direito Econômico.

08. Membro da Comissão de Redação do Código do Ministério Público do Estado do Ceará.

09. Membro Efetivo do Conselho Nacional do Fundo Cristão para Crianças.

10. Membro Efetivo da associação Nacional de Defesa do Consumidor.

11. Membro do Conselho da Família e Cidadania do Estado do Ceará.

12. Presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos.

13. Membro do Executivo do instituto Antonio Vilela.

14. Membro da Executiva da Associação Nacional dos Ouvidores.



CARGOS ELETIVOS



Presidenta do Grêmio do Centro Caixeiral em São Luiz- MA, em 1960.

Presidenta da UMES em São Luiz - Ma, em 1961.

Presidenta da JEC - Juventude Estudantil Católica, em 1959.

Membro da Diretoria da Une em São Luiz - MA, em 1963.

Membro da Diretoria da Associação Cearense do Ministério Público do Estado do Ceará.

Membro do Conselho Superior do Ministério Público.

Procuradora-Geral de Justiça.

Suplente de Deputado estadual, em 1990.

Candidata à Prefeitura de Fortaleza, em 1996.



CRIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO



01. Idealizadora e Fundadora do Serviço Especial e Defesa Comunitária - DECOM, órgão vinculado ao Ministério Público do estado do Ceará que tem por objetivo a defesa dos direitos humanos, a defesa das comunidades indígenas e pessoas discriminadas.



02. Idealizadora da Descentralização do DECOM, na cidade de Fortaleza, onde funciona uma sede no centro e demais nas praias das Goiabeiras, João XXIII, Conjunto Santa Terezinha, Lagamar e Mucuripe, bem como dezoito coordenação no Interior do Estado.

03. Criadora da Fundação de Direito Econômico, com sede em Fortaleza.

04. Criadora e Idealizadora dos Órgãos Conveniados em Defesa do Consumidor.

05. Criadora e Idealizadora dos seguintes Centros de Apoio Operacional:

- a) Da Moralidade Administrativa
- b) Da Infância e da Juventude
- c) Da Sonegação Fiscal
- d) Das Pessoas Socialmente discriminadas

06. Criadora e Idealizadora do Programa de Apoio sa Testemunhas do Crime.





REQUERIMENTO Nº _____
MENSAGEM Nº _____
PROJETO DE LEI Nº 193 / 1997
VOTO ADJUNTO Nº _____

- COMISSÃO DE ()
LIDO NO () TRIBUNA DA SESSÃO Ordinária
 () Pauta e na Ordem do Dia
 () Ordem do Dia da Próxima Sessão Ordinária
 (X) Pauta e Sessão em Pauta
 () Primeiro (Art. 121, IV)
 () Entrega pelo Autor do Requerimento
 () Encaminhada ao Presidente da Presidência
 () Encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça



PLÊNARIO 13 DE MARÇO DE 1997

[Handwritten signature]

PAUTA

sessões	de	de
_____	_____	19____
_____	_____	19____
_____	_____	_____

PUBLICADO
Em 30 de 10 de 1997
[Handwritten signature]

De acordo com o art. 183
Requeremos encaminhá-lo
à Constituição, Justiça
e Redação
Em 30 / 10 / 97.

PRESIDENTE

ENCAMINHE-SE A PROCURADORIA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 03/10/97

Remessa dos autos a(o) Diretora
da Consultoria Técnico-Jurídica, para
elaboração de parecer.
Fortaleza, 30 / 10 / 97

[Handwritten signature]
DR. FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA
Procurador da Assembleia Legislativa

Encaminhe-se ao Dra. Luzia Amarias
Cordeante
para análise e parecer.
Em 04/11/97
Ruth Rdehoue
Diretor da Consultoria Técnico-Jurídica



PARECER No. L 0314.97
PROJETO DE LEI No. 143/97
AUTORA: DEPUTADA GORETE PEREIRA



Submete-se à apreciação desta douta Procuradoria, com o fito de emitir-se parecer acerca de sua Constitucionalidade, o Projeto de Lei No. 143/97, de Autoria da Excelentíssima Senhora Deputada Gorete Pereira, que **“Concede o Título de Cidadã Cearense a Maria do Perpétuo Socorro França Pinto”**.

Estabelece o Artigo 1o. da proposição em estudo, **“ A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará ouvindo o Plenário, concede o Título honorário de Cidadã Cearense a Ouvidora Geral do Estado Maria do Perpétuo Socorro França Pinto ”**.

Visa o referido Projeto de Lei agraciar a Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, com o Título de Cidadã Cearense.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente Projeto de Lei trata a respeito da concessão de Título de Cidadão Cearense. E sobre o assunto a Lei No. 12.510, de 06 de Dezembro de 1995, **“ Dá nova redação à Lei No. 10.287, de 09.07.79, que estabelece normas para concessão de Título de Cidadão Cearense ”**.

Reza o Artigo 1o. da Lei supracitada, **“ A Lei poderá conceder Título Honorífico de Cidadão Cearense a brasileiro ou a estrangeiro, que haja prestado relevantes serviços ao Estado ”**.

PARECER No. L 0314.97
PROJETO DE LEI No. 143/97
AUTORA: DEPUTADA GORETE PEREIRA



Artigo 2o. “ A proposta de concessão de Título a que se refere o Artigo 1o., acompanhada dos dados biográficos do homenageado será feita através de Projeto de Lei **subscrito, no mínimo, de dois terços dos membros do Poder Legislativo** “.

Encontra-se o Projeto em tela de acordo com a Lei regulamentadora da matéria, preenchendo todos os requisitos por ela exigidos.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, opinamos pela **admissibilidade**, do Projeto de Lei No. 143/97, de Autoria da Excelentíssima Senhora Deputada Gorete Pereira, por encontrar-se formalizado nos termos preconizados da Lei 12.510, de 06 de Dezembro de 1995, devendo o mesmo ser previamente submetido à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e, posteriormente, à Mesa Diretora para os fins nela almejados, mediante observação das demais exigências regimentais e legais inerentes ao processo legislativo.

É o nosso parecer Salvo Melhor Juízo.
Fortaleza, 10 de Novembro de 1997


Luzia Ananias Cavalcante Mota
Consultora Técnico Jurídica

De acordo com o parecer. À consideração
do Sr. Procurador.

Em 13.11.97
Ruth Rodrigues de Lima

Ruth Rodrigues de Lima
Diretora da Consultoria Técnico-Jurídica

Aprovo o parecer de fls. 32/33, fazendo reserva em
relação ao art. 4º da Lei n.º 12.510, de 6.12.1995, referente ao
número de concessões de títulos por pessoa legislativa.

Remeto dos autos à Comissão de Constituição, Justiça
e Pedagogia.

19.11.97.

Fernando Antonio Costa de Oliveira

DR. FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA
Procurador da Assembleia Legislativa





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

DESIGNO RELATOR O SR. DEPUTADO

MAURO ELT

Comissão de Justiça, em 24 de 11 de 1957

Presidente



PARECER

A ^{JUA} DEDICACÃO AO CEARÁ E AO NOVO
CEARENSE JUSTIFICA, NA SUA MENÇÃO,
O TÍTULO O LA CONEÇÃO,
AMBÉM PARECER.

24/11/57

APROVADO O PARECER

Comissão de Justiça, em 24 de 11 de 1957

Presidente

ENCAMINHE-SE A MESA DIRETORA

Comissão de Justiça, em 24 de 11 de 1957

Presidente



Processo Nº: 00143/97

Data de Cadastro: 26/11/97

Requerente: DEPUTADA GORETE PEREIRA

Assunto: CONCEDE O TÍTULO HONORÁRIO DE CIDADÃ CEARENSE A MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO.

Distribuição: Por distribuição automática fica designado o Sr DEP JOSE SARTO como relator do processo em epigrafe.

APPROVADO O PARECER
[Signature]
Dep. Luiz Pontes - Presidente
[Signature]
Dep. José Sarto - 2º Vice-Presidente
[Signature]
Dep. Wellington Landim - 1º Secretário
[Signature]
Dep. Ricardo Almeida - 2º Secretário
[Signature]
Dep. Edmilagos Filho - 3º Secretário
[Signature]
Dep. Valdemiro Távora - 4º Secretário

Mesa Diretora, 26/11/97.

[Signature]
Gina Marcilio Pompeu
Ch. Gab. da Presidencia

aprovado em Reunião da Mesa Diretora
data - 17 de Dezembro de 1997
[Signature]
MARIA HELENA BRASIL NOGUEIRA
Sec. Executiva da Mesa Diretora

AMÉRICA LATINA
E O CARIBE
COMISSÃO DE ECONOMIA

APROVADO EM VOTAÇÃO INICIAL

Em 16 de Fevereiro de 1998

[Assinatura]
1.º SECRETÁRIO

APROVADO EM VOTAÇÃO FINAL

Em 3 de Março de 1998

[Assinatura]
1.º SECRETÁRIO

5302804 0 0041094

SECRETARIA DE ECONOMIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
ESTATÍSTICA
CAMPUS DE BRASÍLIA
BRASÍLIA - DF

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº143/97

APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA
Em 04 de MARÇO de 1998

Concede o Título de Cidadã Cearense à Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto.

LE SECRETÁRIO

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

DECRETA:

Art. 1º. É concedido à Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, brasileira, natural de São Luiz, Estado do Maranhão, de acordo com a Lei nº 12.510, de 06 de dezembro de 1995, o Título Honorário de Cidadã Cearense.

Art. 2º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza,
aos 04 de março de 1998.



PRESIDENTE

RELATOR

Sanciono. Publique-
ce como Lei.
Em 20 / 03 / 98
GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº 12.790, de 20.03.98



AUTÓGRAFO NÚMERO UM

Concede o Título de Cidadã Cearense à Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

DECRETA:

Art. 1º. É concedido à Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, brasileira, natural de São Luiz, Estado do Maranhão, de acordo com a Lei nº 12.510, de 06 de dezembro de 1995, o Título Honorário de Cidadã Cearense.

Art. 2º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 04 de março de 1998.

[Handwritten signatures on lines]

- DEP. LUIZ PONTES
- PRESIDENTE
- DEP. TEODORICO MENEZES
- 1º VICE-PRESIDENTE
- DEP. JOSÉ SARTO
- 2º VICE-PRESIDENTE
- DEP. WELINGTON LANDIM
- 1º SECRETÁRIO
- DEP. RICARDO ALMEIDA
- 2º SECRETÁRIO
- DEP. DOMINGOS FILHO
- 3º SECRETÁRIO
- DEP. VALDOMIRO TÁVORA
- 4º SECRETÁRIO

PROVIDENCIADO O AUTÓGRAFO
DE LEI N. 01 DE 4/3/98
Quacian

LEI N. 12.790 de 20/3/97.
PUBLICADA em 30/3/98
Quacian

ARQUIVE SE
DIV. EXECUTIVA LEGISLATIVA
EM 08/6/98
Quacian